

**EDITAL Nº 006/2020**

**XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o **XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, resolve:

**Art. 1. DIVULGAR** o caderno de questões do **XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, conforme **ANEXO I** deste edital;

**Art. 2. DIVULGAR** o gabarito da prova objetiva, conforme **ANEXO II** deste edital;

**Art. 3. DIVULGAR** o espelho de correção da prova subjetiva, conforme **ANEXO III** deste edital;

**Art. 4. INFORMAR** que os recursos em face do **GABARITO** deverão ser interpostos eletronicamente, nos dias 01/09/2020 e 02/09/2020, em formato **PDF**, por meio do endereço eletrônico [seletivos2020@ma.def.br](mailto:seletivos2020@ma.def.br), conforme item 8 do Edital de Abertura.

**Art. 5.** O presente Edital será **PUBLICADO** no site da DPE/MA.

São Luís, 31 de agosto de 2020

**GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES**  
Subdefensor Público-Geral do Estado do Maranhão



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

### ANEXO I

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

##### 1. Acerca dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta:

a) Aos presos, não se garante o sigilo de correspondência previsto no art. 5º, XII da Constituição, admitindo-se ao diretor do estabelecimento prisional que determine, como regra, a prévia abertura de toda e qualquer correspondência endereçada aos internos da unidade em questão, antes da sua entrega ao destinatário.

b) O mandado de segurança, remédio constitucional previsto pelo art. 5º, LXIX da Constituição para proteger os direitos líquidos e certos, não amparáveis por *habeas corpus* ou *habeas data*, não se submete a qualquer prazo decadencial ou prescricional para impetração, devendo-se observar apenas o prazo aplicável ao direito material discutido.

c) Os Direitos Fundamentais são considerados cláusulas pétreas e, portanto, imutáveis, de modo que qualquer proposta de Emenda Constitucional que tratasse do tema seria inconstitucional, ainda que pretendesse ampliar o alcance de tais direitos.

d) O Supremo Tribunal Federal possui diversos entendimentos no sentido de que as discriminações positivas, assim consideradas como aquelas que visam à compensação das desigualdades impostas a determinados grupos sociais em razão de uma realidade histórica de marginalização, não violam o direito fundamental à igualdade, previsto no caput do art. 5º, a exemplo do que ocorreu no julgado que reconheceu a constitucionalidade das cotas raciais.

2. “A Justiça preferiu decisão, recentemente, para que sejam modificados os pré-requisitos estabelecidos aos candidatos para o Curso de Formação de Oficiais (CFO). (...) No pedido, a Defensoria Pública Estadual alegou que são ilegais, inconstitucionais e/ou

desarrazoadas as exigências contidas nos Anexos A e B do Edital 99/2016/UEMA, que disciplina o processo seletivo de acesso ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, quais sejam: os limites de altura e idade exigidos para os civis; a exigência da Carteira Nacional de Habilitação no ato de inscrição; a exigência de não possuir sinais adquiridos, tais como orifício na orelha, septo nasal e tatuagens ou a de não possuir deformidade decorrente de uso de alargador de orelha ou acessório semelhante; e a proibição de participação de grávidas no certame.” (Disponível em <https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/noticias/6589/apos-atuacao-da-defensoria-uema-devera-modificar-pre-requisitos-para-candidatos-ao-curso-de-formacao-de-oficiais>). Acesso em 03 mar 2020).

**Considere que, no caso, os requisitos em questão encontrassem previsão em lei estadual e que a Defensoria Pública do Estado tenha alegado, incidentalmente, a inconstitucionalidade do dispositivo, em sede de Ação Civil Pública cujo provimento final vislumbrado era afastar a disposição editalícia. Considere, também, que a inconstitucionalidade foi acatada pelo juiz de 1ª instância, na fundamentação de sua decisão, cujo dispositivo consistiu no afastamento dos requisitos questionados. Diante dessas informações, verifica-se que ocorreu, na hipótese, a aplicação da seguinte modalidade de controle de constitucionalidade:**

- a) abstrata.
- b) difusa.
- c) concentrada.
- d) política.

##### 3. Segundo a Constituição, são funções essenciais à Justiça, EXCETO:

- a) O Tribunal de Contas.



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

- b) A Defensoria Pública.
- c) A Advocacia Pública.
- d) A Advocacia Privada.

4. Ante a condenação pela prática do crime de homicídio, Juliana se encontra cumprindo pena no regime fechado. Ocorre que ela já cumpriu todos os requisitos para progredir ao regime semiaberto, no entanto, em razão de decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Penais, a qual restou confirmada pelo Tribunal de Justiça em julgamento do recurso cabível, vem sendo mantida no regime mais gravoso ante à falta de vagas nos estabelecimentos prisionais adequados para o cumprimento da pena no regime mais benéfico no Estado do Maranhão. A situação de Juliana, contudo, vai de encontro à Súmula Vinculante 56, a qual tem a seguinte redação: “*Súmula Vinculante 56: A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS*”. **Acerca da situação narrada e das disposições sobre o instituto da Súmula Vinculante, assinale a alternativa correta:**

- a) A violação de Súmula Vinculante não justifica o ajuizamento de Reclamação em defesa de Juliana, uma vez que a restrição da liberdade da paciente permite o ajuizamento do *habeas corpus*.
- b) A defesa de Juliana poderá se utilizar do instituto da Reclamação, sob o fundamento da inobservância à Súmula Vinculante 56, a ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) Não há o que se alegar em defesa de Juliana, já que a Súmula Vinculante tem caráter meramente persuasivo e o Tribunal, ao determinar sua manutenção

no regime mais gravoso, agiu dentro dos limites de sua livre convicção.

- d) Apenas o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça detém competência para editar Súmulas Vinculantes.

### 5. Sobre o princípio da separação constitucional de poderes, selecione a alternativa correta:

- a) A União não poderá intervir nos Estados, ainda que o livre exercício de algum dos poderes esteja comprometido.
- b) A Constituição Federal adota a chamada teoria quadripartida de separação constitucional dos poderes, considerando poderes harmônicos e independentes entre si o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público, que exerce o Poder Moderador.
- c) A teoria dos freios e contrapesos pressupõe que existam mecanismos de controle entre os poderes, de modo que, embora estes sejam independentes entre si, os cidadãos estejam protegidos contra o arbítrio de um ou outro poder, havendo, portanto, uma mitigação da extrema rigidez da separação dos poderes.
- d) Caso o Presidente da República vete um projeto de lei, com fundamento na inconstitucionalidade deste, estará exercendo uma função típica do Poder Executivo.

### DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### 6. No que diz respeito à capacidade civil, assinale a alternativa correta:

- a) Com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/15), pode-se afirmar que não existem mais pessoas absolutamente incapazes.



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

b) Com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/15), pode-se afirmar que são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos.

c) São absolutamente incapazes os maiores de dezesesseis e menores de dezoito anos.

d) São absolutamente incapazes os pródigos.

### 7. Sobre prescrição e decadência, é correto dizer:

a) entre os cônjuges não corre a prescrição, na constância da sociedade conjugal.

b) a interrupção da prescrição, nos termos da lei, poderá ocorrer mais de uma vez.

c) prescrição e decadência são institutos sinônimos.

d) O juiz não deve reconhecer de ofício a decadência legal.

### 8. De acordo com as disposições do Código Civil sobre contratos, assinale a alternativa correta:

a) Dona Olga, casada com João e mãe de William e Fernanda, vendeu para sua filha um anel de brilhantes de alto valor, negócio jurídico com qual João e William expressamente concordaram. A celebração desse contrato é válida.

b) Dona Maria está muito doente, internada há algum tempo e sem sinal de melhora. Por essa razão, seus filhos, resolveram de comum acordo vender um terreno de propriedade de Dona Maria e dividirem igualmente o valor entre si. Tal negócio jurídico é válido, uma vez que foi realizado pelos herdeiros de Dona Maria.

c) Humberto contratou os serviços de uma operadora de celular e, infelizmente, assinou o contrato sem ler. Dias depois, após ler o contrato de adesão assinado, observou que algumas cláusulas não eram claras. Em consulta com um advogado conhecido seu, este informou que, apesar da dubiedade daquelas cláusulas, como a operadora de celular disponibilizou

os termos do contrato para que o mesmo pudesse ler e se informar, ao assiná-lo, ele concordou com seus termos, por isso, as cláusulas em que houver dúvidas serão interpretadas de forma favorável à contratante.

d) Alice decidiu viajar de avião e resolveu emprestar seu carro para Joana, sua melhor amiga. Como recebeu o carro sujo, Joana mandou lavá-lo e encher o tanque com combustível. Ao devolver o carro, Joana cobrou de Alice o valor gasto com a lavagem e o combustível. A conduta de Joana encontra amparo no Código Civil.

9. André procurou a Defensoria e relatou a seguinte situação: sua mãe, dona Antônia, teve quatro filhos (o próprio André, João, Maria e Alice). Dona Antônia faleceu e deixou como herança uma casa, um carro e uma moto. Na continuidade, relata André que sua mãe, pouco antes de morrer, disse que queria deixar todos os seus bens para ele. Segundo André, sua esposa estava presente na ocasião e poderia testemunhar o fato.

Ocorre que o seu irmão, João, logo após a morte de dona Antônia, passou a residir no imóvel e não permitir o acesso dos demais irmãos. Alega, João, que tem direito a agir de tal maneira, haja vista ser herdeiro de dona Antônia, devendo os demais fazer a partilha do valor auferido com a venda do carro e da moto.

Já a irmã Alice faleceu antes de dona Antônia, não teve filhos, mas estabeleceu união estável com Robson, que agora pleiteia sua parte na herança.

Por fim, a irmã Maria, desconsiderando a vontade da mãe, quer que todos os bens deixados por Dona Antônia sejam vendidos e repartidos apenas entre André, João e ela, Maria.

André, discordando de todos eles, procura a Defensoria e pede assistência jurídica, pois pretende que seja respeitada integralmente a vontade de sua mãe.

**De acordo com o que disciplina o Código Civil, quem está certo:**



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

- a) André
- b) João
- c) Maria
- d) Robson

**10. No julgamento do Recurso Extraordinário n. 878.694/MG, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal se pronunciou sobre o regime sucessório diferenciado entre cônjuges (art. 1.829 do CC) e companheiro (art. 1.790 do CC), deste julgado é possível extrair que:**

- a) É constitucional diferenciar a paga sucessória legal entre cônjuges e companheiros, tendo em vista que a união estável é modalidade de família preparatória para o casamento.
- b) É constitucional diferenciar a paga sucessória legal entre cônjuges e companheiros, tendo em vista que a Constituição da República não deu amparo à família proveniente da união estável.
- c) É inconstitucional desequiparar na sucessão legal cônjuges de companheiros, isto porque não há hierarquia entre união estável e casamento. Sendo a diferença entre estas famílias de forma, não de conteúdo.
- d) É inconstitucional desequiparar na sucessão legal união estável de casamento, aplicando-se às sucessões o regime legal da união estável (art. 1.790 do CC).

**11. Com relação aos institutos do Direito das Famílias, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Não é possível falar em abandono afetivo antes do reconhecimento da paternidade.
- b) Não há causa de rompimento de noivado que possa ser tratada como ato ilícito, passível de indenização por danos morais.
- c) A relação de filiação socioafetiva permite formular pedido de reconhecimento do estado de filiação socioafetiva, com pluralidade registral, isto é, o reconhecimento da filiação socioafetiva concomitante à filiação biológica.

- d) A emenda constitucional que suprimiu a necessidade de prazo para o divórcio e o sistema bifásico incorreu na revogação tácita da legislação infraconstitucional que versa sobre a separação judicial.

**12. Marque a alternativa em que o estagiário agiu de acordo com as regras do Código de Processo Civil:**

- a) Durante atendimento a um assistido, o estagiário Marcos, ao observar que a assistida não trouxe todas as informações sobre o réu exigidas no art. 319, II, do CPC, apenas e tão somente o seu nome e endereço completos, interrompe o atendimento e informa a ela que não é possível elaborar a petição desta forma, e só poderá prosseguir o atendimento caso ela consiga todos os dados exigidos pelo CPC.
- b) Andressa, estagiária da Defensoria, ao atender uma assistida que buscava dar início à ação de alimentos em favor de seu filho e contra o genitor deste, informou à Assistida todos os ritos e riscos processuais, orientando-a também quanto à possível demora do processo. Por fim, informou que, caso o juiz condene o genitor a pagar a pensão alimentícia, o réu deverá pagar o valor equivalente a todos os anos em que se negou a auxiliar a assistida nas despesas com o filho, bem como os meses vindouros.
- c) Antônia, estagiária da Defensoria, está atendendo um assistido e recolhendo os documentos necessários para a propositura da ação. O assistido, muito diligente, trouxe todos os documentos pertinentes, inclusive rol de testemunhas. Ao questionar o endereço das testemunhas, Antônia percebe que todos moram no mesmo imóvel, ao que lhe informa o assistido tratar-se de sua mulher, seu filho de 19 anos e seu irmão. A estagiária então diz ao assistido que tais pessoas não podem ser testemunhas e pede que apresente novo rol.
- d) Vítor atende uma assistida e verifica que dois anos antes ela já havia procurado a defensoria para tratar sobre o mesmo problema, ocasião em que se ajuizou



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

a ação judicial pertinente para o caso. Ocorre que a assistida relata ter viajado para o estado vizinho, ocasião em que não informou seu novo endereço, além de ter mudado o seu número de telefone, motivo pelo qual não se fez presente quando necessário no processo, o que ocasionou a extinção do feito pelo juízo competente. Vítor então informa a extinção do feito à assistida e orienta sobre a impossibilidade de ajuizamento de nova ação para resolver o mesmo problema. Vítor está correto.

### 13. Acerca da Curadoria Especial, o Código de Processo Civil assevera:

- a) É função exclusiva do Ministério Público.
- b) A curadoria especial é modalidade de colocação em família substituta.
- c) A curadoria especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.
- d) O juiz não mais nomeará curador especial ao ausente, se não o tiver.

### 14. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. A respeito da tutela provisória cabe asseverar que:

- a) o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória, desde que requeridas pela parte favorecida e de menor onerosidade ao devedor.
- b) na tutela cautelar antecedente, o réu será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- c) a tutela de evidência será concedida, quando se tratar de pedido repristinatório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- d) o indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo

se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

### 15. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia:

- a) o executado, devedor de alimentos, será intimado pessoalmente para o pagamento alimentar em 15 dias.
- b) o executado não poderá opor qualquer tipo de defesa, sendo o pagamento a única hipótese que o escusa da prisão civil alimentar.
- c) caso o executado seja preso, exime-se de qualquer pagamento alimentar das prestações vencidas e vincendas.
- d) o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

## DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

**16. Maria das Graças, 64 anos, analfabeta, recebeu um pacote de seu amigo Leopoldo, pedindo que entregasse na casa de outro amigo, afirmando que se tratava de ervas para fazer chá. Maria das Graças pediu para ver o conteúdo do pacote e, constatou, de fato, que ali estavam algumas folhas. No meio do caminho, Maria das Graças foi parada numa blitz policial e, na ocasião, verificaram que no pacote havia 50g de maconha, motivo pelo qual Maria fora presa em flagrante pelo crime de tráfico de drogas. Na audiência de custódia, Maria confirmou que nunca teve contato com drogas, que sempre morou em zona rural e que não sabia que carregava um produto ilícito. Pode-se afirmar no caso que:**

- a) o crime foi praticado na forma tentada.
- b) Maria incorreu em erro de tipo essencial.



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

c) não há culpabilidade da flagranteada.

d) não deve haver punibilidade pela condição de pessoa idosa.

**17. Juliana, primária e de bons antecedentes, foi denunciada pelo crime de descaminho (art. 334, caput, CP), na sua modalidade consumada, pelo transporte de mercadorias trazidas do exterior, mas desacompanhada de documentação de sua importação regular, no valor de R\$ 3.500,00. Atuando na defesa de Juliana, segundo entendimento dos tribunais superiores, pode-se afirmar que:**

- a) deve incidir no caso o princípio da insignificância, o que torna a conduta atípica.
- b) A conduta é culpável, porque o valor da mercadoria não é insignificante, em termos tributários
- c) o crime de fato ocorreu, mas somente na sua modalidade tentada.
- d) o caso é de erro de proibição, o que afasta a ilicitude do fato.

### **18. Assinale a alternativa correta:**

- a) Quando o agente, portando arma de fogo ilegalmente, utiliza a arma de fogo para facilitar a subtração no crime de roubo, deve responder pelo roubo majorado (pela uso de arma) e pelo porte ilegal de arma, (uma vez que são condutas autônomas) de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.
- b) Quando o agente utiliza de “trombada” para a subtração, estará configurado o crime de roubo;
- c) Quando há violência contra a coisa (ex.: destruição de vidro de automóvel para a subtração de uma bolsa) configura-se o crime de roubo;
- d) A utilização de arma branca para a facilitação da subtração de coisa alheia móvel não configura roubo majorado e sim roubo simples.

### **19. Sobre a Teoria Geral do Crime:**

**I – O dolo e a culpa, pela teoria finalista, compõem o substrato da ilicitude.**

**II – O estado de necessidade é uma excludente de fato típico**

**III – A legítima defesa de terceiro afasta a ilicitude do fato.**

**IV – A exigibilidade de conduta diversa compõe o elemento da culpabilidade**

**Estão corretas, apenas:**

- a) I e II.
- b) III e IV
- c) I e III
- d) II e IV

**20. Segundo o atual entendimento dos tribunais superiores quanto à aplicação dos ditames da Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006), analise as afirmativas a seguir. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) É inconstitucional a proibição de substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, no chamado tráfico privilegiado (art. 33, §4º da Lei nº 11.343/2006).
- b) É inconstitucional a imposição de regime fechado ao crime de tráfico de drogas pelo simples fundamento de se tratar de crime hediondo.
- c) A conduta consistente em negociar por telefone a aquisição de droga e também disponibilizar o veículo que seria utilizado para o transporte do entorpecente configura o crime de tráfico de drogas em sua forma consumada (e não tentada), ainda que a polícia, com base em indícios obtidos por interceptações telefônicas, tenha efetivado a apreensão do material entorpecente antes que o investigado efetivamente o recebesse.
- d) É vedado ao juiz encaminhar para tratamento médico adequado o agente considerado isento de pena em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, que ao tempo



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

### 21. Sobre os crimes contra a pessoa, assinale a alternativa correta:

- a) O “aborto com consentimento” da gestante constitui exceção à teoria monística adotada pelo Código Penal.
- b) É caracterizada como homicídio a morte de feto atingido por disparo de arma de fogo, quando ainda no ventre da mãe.
- c) De acordo com a jurisprudência do STF, caso a gestante descubra que seu feto sofre e anencefalia, atestada a irreversibilidade da situação, caso deseje realizar o aborto, é necessário que a gestante seja autorizada pela justiça para fazê-lo, caso contrário, a conduta configurará prática de crime.
- d) O aborto é excepcionalmente admissível na legislação pátria, no caso de aborto eugênico ou aborto humanitário (ou piedoso).

### 22. Sobre a prisão preventiva, de acordo com a legislação pátria e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) Não poderá ser decretada caso o indiciado comprove residência fixa e trabalho lícito.
- b) Somente poderá ser decretada nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- c) A presença do defensor técnico é dispensável por ocasião da formalização do auto de prisão em flagrante, desde que a autoridade policial informe ao preso os seus direitos constitucionalmente garantidos.
- d) A decisão sobre o pedido de prisão preventiva formulado durante audiência dispensa a oitiva da defesa, por se tratar de medida cautelar.

### 23. Caso durante o curso de uma ação penal, sobrevenha nova lei processual que extinga recurso que era exclusivo da defesa, antes da prolação da

**decisão anteriormente recorrível. A esse respeito, é correto afirmar que:**

- a) Não será possível manejar o recurso, pois a lei processual penal aplicar-se-á desde logo.
- b) Poderá ser manejado o recurso, por se tratar de possibilidade exclusiva da defesa.
- c) Poderá ser manejado o recurso, pois o processo se iniciou sob a vigência da regra estabelecida pela lei anterior.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

### 24. O Ministério Público do Estado do Maranhão ofereceu denúncia contra Luísa pela suposta prática do crime de homicídio qualificado por motivo fútil (art. 121, § 2º, II, CP) contra Paloma. Após regular instrução probatória na primeira fase do procedimento do júri, ficou comprovado que o crime praticado por Luísa teria sido o de lesão corporal com resultado morte, nos termos do art. 129, § 3º, do CP e não o de homicídio qualificado. Nessa circunstância, é correto afirmar:

- a) Deve o juiz da primeira fase do júri pronunciar a acusada pelo crime de homicídio, submetendo as provas ao Plenário do Júri.
- b) A competência para julgamento permanecerá com o juiz singular da Vara do Tribunal do Júri, que deverá condenar o acusado imediatamente.
- c) Cabe agravo em execução da decisão de desclassificação para o crime de lesão corporal com resultado morte.
- d) A competência para julgamento no caso de lesão corporal com resultado morte não é da Vara do Júri, pois o crime não é um crime doloso contra a vida.

### 25. Fernanda foi indiciada pela prática do crime de posse irregular de arma de fogo, razão pela qual o magistrado deferiu requerimento do Ministério Público de busca e apreensão de armas de fogo em sua residência, sem estabelecer o horário em que deveria ser realizada. Diante da ordem



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

judicial, a Polícia Civil compareceu à sua residência às 23:00 horas para cumprimento do mandado e ingressou no imóvel, sem autorização de Fernanda, para cumprir a busca e apreensão.

Nessa circunstância é correto afirmar que a diligência realizada:

- a) foi válida, já que o mandado não estabelecia seu horário de cumprimento.
- b) foi inválida, pois mesmo com mandado judicial, o ingresso no imóvel dependia do consentimento de Fernanda.
- c) foi válida, pois o crime de posse irregular de arma de fogo é de natureza hedionda.
- d) foi inválida, pois o cumprimento do mandado de busca e apreensão não poderia ter sido cumprido às 23:00 horas.

### DEFENSORIA PÚBLICA

**26. Inclui-se entre os direitos dos assistidos da Defensoria Pública, expressamente previstos na Lei Complementar nº 80/1994:**

- a) Receber orientação jurídica em relação a sua demanda quando denegado o patrocínio judicial pelo não reconhecimento de hipossuficiência econômica.
- b) Ser atendido na unidade da Defensoria Pública mais próxima de sua residência.
- c) Receber assistência jurídica pela Defensoria Pública Estadual em matéria afeta à Defensoria Pública da União onde essa última não estiver instalada.
- d) A atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

**27. Sobre a Defensoria Pública, analise as assertivas a seguir e indique a incorreta:**

- a) A atuação dos defensores públicos compreende a prevenção extrajudicial de litígios, bem como a prestação de consultoria ou orientação jurídica.
- b) É permitida a edição de lei estadual definindo critérios para o atendimento de pessoas jurídicas pela Defensoria Pública.
- c) A independência funcional da Defensoria Pública depende de lei, estabelecendo os limites da respectiva atuação.
- d) A assistência jurídica do Estado aos que não tenham condições financeiras abrange as fases pré-processual, endoprocessual e pós-processual.

**28. Sobre o atendimento na Defensoria Pública, é correto afirmar:**

- a) Em âmbito cível, desde que a pessoa esteja sendo processada judicialmente, ela terá direito ao atendimento pela Defensoria Pública, haja vista ter a Instituição a incumbência de prestar assistência jurídica a todos.
- b) Para ter direito ao atendimento pela Defensoria Pública no âmbito cível, o potencial assistido há que se enquadrar em determinados critérios objetivos regulamentados, dos quais tem o direito de ter conhecimento.
- c) O acesso da população aos serviços da Defensoria Pública é universal e irrestrito não apenas no âmbito cível, mas também no âmbito criminal, havendo diversos Defensores Públicos atuando nesta área.
- c) Uma vez atendido, caso o Defensor Público entenda que não se trata de caso de atuação da Defensoria Pública, o assistido terá então que procurar um advogado, podendo pleitear a gratuidade de justiça.

**29. São direitos dos assistidos da Defensoria Pública, exceto:**



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

- a) Uma vez reconhecido inicialmente pela Defensoria Pública o seu caráter de necessitado, ser atendido pela Instituição até a resolução da demanda apresentada.
- b) A defesa de seus direitos e interesses pelo defensor natural.
- c) Impossibilidade da exigência de documentos com firma reconhecida, quando assinados diante de servidor ou membro da Defensoria Pública.
- d) Recorrer administrativamente se houver negativa de atuação a seu favor, independente do fundamento da recusa.

### 30. A Defensoria Pública do Estado do Maranhão atuará ordinariamente nas seguintes áreas:

- a) Regime de bens da união e crimes federais;
- b) Direito do trabalho e direito tributário;
- c) Direito previdenciário do regime geral;
- d) Direitos coletivos.

### LEI MARIA DA PENHA

#### 31. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006):

- a) admite a renúncia à representação da ofendida perante o juiz, ouvido o Ministério Público, antes ou após o recebimento da denúncia.
- b) permite a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de caráter pecuniário.
- c) prevê tipo penal, qual seja, o descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência, que pode levar inclusive a pena privativa de liberdade, mesmo se a medida houver sido determinada por juízo de competência cível.
- d) introduziu também o combate à misoginia difundida na rede mundial de computadores.

#### 32. Ainda sobre a Lei Maria da Penha e de acordo com os entendimentos mais recentes dos Tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo entendimento do STJ acerca da proteção da Lei Maria da Penha, no caso do crime de ameaça feito por meio de redes sociais na Internet, o juízo competente para o pedido de medidas protetivas será aquele onde a vítima tiver tomado conhecimento das intimidações.
- b) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, inclusive proibindo determinadas condutas ao agressor, dentre as quais está a restrição do agressor comparecer a qualquer evento esportivo ou cultural por 30 dias.
- c) De acordo com a lei, a retenção de documentos pessoais caracteriza forma específica de violência doméstica e familiar contra a mulher, qual seja, violência patrimonial.
- d) A empregada doméstica pode ser sujeito passivo.

### ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### 33. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90, assinale a alternativa incorreta:

- a) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade;
- b) Assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, inclusive o de trabalhar em qualquer idade.
- c) Aplica-se às crianças até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade, podendo ser aplicada excepcionalmente às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

d) Prevê às crianças e adolescentes o direito de contestar critérios de avaliação, podendo mesmo recorrer às instâncias superiores do estabelecimento de ensino.

### 34. Ainda sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue as assertivas a seguir:

I - Remissão judicial é a concedida pelo juiz, como forma de extinção ou suspensão do processo, e poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, antes da sentença.

II - Na sentença, aplicada a medida socioeducativa de internação, é desnecessária a estipulação de prazo.

III - Nos casos de adoção unilateral, conforme dispõe o § 1º, do artigo 41, se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, cria-se novo vínculo de filiação e rompem-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou o concubino do adotante e os respectivos parentes, atribuindo a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios.

IV - Como ato infracional grave, o tráfico de drogas, por si só, permite a aplicação de medida socioeducativa de internação.

V - Segundo o STJ, os atos infracionais, mesmo gerando medidas chamadas de socioeducativas, são prescritíveis, na forma do Código Penal.

Estão corretas as assertivas:

- a) II e III;
- b) IV e V;
- c) I, II e V;
- d) III e IV.

### 35. Ainda sobre o estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta:

a) O paradigma menorista, adotado pelo ECA, entende as crianças e adolescentes como detentores de direitos e merecedores de proteção especial por parte do Estado.

b) As ações de guarda e tutela serão julgadas nas varas de família, cabendo à Vara da Infância e Juventude os casos de apuração de prática de ato infracional por adolescente.

c) As varas da infância e juventude são competentes para julgar não só as representações promovidas pelo Ministério Público para apurar a prática de ato infracional, mas também as ações de tutela e guarda em alguns casos específicos previstos em lei.

d) A garantia à prioridade é conferida à criança, em virtude de sua condição especial, e não ao adolescente, haja vista já ter o desenvolvimento cognitivo quase completo.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

### 36. Sobre os direitos do consumidor, previstos na Lei n. 8.078/1990, assinale a alternativa incorreta:

a) As informações sobre quantidade, características, qualidade e composição contidas na embalagem de produtos importados que estejam em idioma estrangeiro devem obrigatoriamente ser traduzidas para língua portuguesa e apresentadas de forma clara e adequada.

b) Nas causas que versem sobre direitos do consumidor sempre haverá a inversão do ônus da prova, como forma de facilitar a defesa de seus direitos;

c) Prevê a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;

d) Para que a oferta vincule o fornecedor e integre o contrato que vier a ser celebrado, é necessário que ela seja suficientemente precisa.



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

### 37. Ainda sobre as normas previstas no Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/1990, assinale a alternativa correta:

a) Uma propaganda de fantasia infantil de super-herói que voa mostra uma criança vestindo a roupa, pulando a janela e voando pela cidade. Essa propaganda viola a legislação consumerista pois, a um só tempo é abusiva e enganosa; abusiva porque eventualmente pode induzir a comportamento perigoso, por deficiência de julgamento e de experiência de seu público alvo, e enganosa pelo conteúdo não verdadeiro de pessoa voando.

b) A empresa concessionária responsável pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto que abastece o município de Colinas, por falta de manutenção, faz a cidade ficar uma semana sem tal serviço, dado o rompimento de uma importante tubulação. Nesse caso, pode-se afirmar que mesmo se tratando de serviço essencial, a empresa poderia ter suspenso o serviço, pois o caso é de força maior.

c) Cadastro de consumidores é o conjunto de informações acerca de um consumidor coletadas no mercado, sendo utilizadas normalmente por empresas que prestam serviços de proteção ao crédito, sem a participação dos consumidores, mas com seu prévio conhecimento antes da inclusão. Já o banco de dados exige em sua formação a entrega espontânea desses dados pelo consumidor.

d) Consoante entendimento do STJ, nas demandas coletivas de consumo, o dano moral coletivo não se caracteriza como categoria autônoma de dano, pois está relacionado à integridade psicofísica da coletividade e se identifica com os atributos da pessoa humana (dor, sofrimento ou abalo psíquico).

### 38. Assinale a alternativa correta:

a) Conforme entendimento do STF, a legitimidade para propositura de ação civil pública que tutele direitos difusos restringe-se ao Ministério Público.

b) O microsistema da tutela coletiva é o conjunto formado pelas normas processuais, materiais e heterotópicas sobre processo coletivo nas diversas normas jurídicas positivadas em nosso ordenamento jurídico.

c) Comprovou-se que vários pacientes de um hospital especializado em pessoas idosas foram contaminados pelo vírus do Covid-19 devido à equivocada conduta do hospital de utilizar os mesmos aparelhos nos pacientes, sem qualquer higienização. Neste caso, tem-se configurado um direito coletivo em sentido estrito.

d) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, há litispendência entre uma demanda coletiva que busque a tutela de um direito coletivo *strictu sensu* e uma demanda individual.

## DIRETOS DO IDOSO

### 39. O Estatuto do Idoso estabelece que é:

a) possível a cobrança de valores diferenciados pelos planos de saúde em razão da idade da pessoa.

b) vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos, hipótese em que se admite o contato em sua residência ou por procurador, conforme o caso.

c) obrigatório o comparecimento pessoal do idoso enfermo junto ao posto de perícia médica do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), mas apenas para os casos de expedição do laudo de saúde necessário à isenção tributária.

d) garantido o fornecimento, a preços menores, de medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como de próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, à habilitação ou à reabilitação.

### 40. De acordo com o Estatuto do Idoso, assinale a assertiva correta:

a) O idoso que não estiver no domínio de suas faculdades mentais não poderá optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável, sendo



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

substituído para efetuar a opção por curador, pelos familiares ou pelo médico, nos moldes da Lei n. 10.741/2003.

b) é assegurada a prioridade junto ao Poder Judiciário no que se refere à tramitação de processos e procedimentos e na execução dos atos, mas não das diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

c) As entidades governamentais que descumprirem as determinações do Estatuto do Idoso ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal: advertência, multa, afastamento provisório de seus dirigentes, afastamento definitivo de seus dirigentes e fechamento de unidade ou interdição de programa.

d) É legalmente assegurada a prioridade especial aos maiores de oitenta anos de idade, atendendo-se, em todos os casos, a suas necessidades preferencialmente em relação aos demais idosos.

### QUESTÕES DISSERTATIVAS

1. Leia o trecho do texto a seguir:

#### **PROJETO ELIMINA CRITÉRIO RACIAL DAS COTAS DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS**

O Projeto de Lei 1531/19 altera a Lei de Cotas (12.711/12) para acabar com o critério racial de reserva de vagas em universidades e institutos federais de ensino. Conforme a proposta, permanecem a cota para pessoas com deficiência e a cota social.

Atualmente, a Lei de Cotas reserva, no mínimo, 50% das vagas disponíveis em universidades e em institutos federais, em cada processo seletivo,

curso e turno, a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Desse total de vagas reservadas, metade é destinada a estudantes cuja renda familiar seja igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e a outra metade a estudantes que possuem renda maior do que essa.

Na outra metade, o preenchimento das vagas leva ainda em consideração o percentual de pretos, pardos, indígenas e de pessoas com deficiência presentes no estado ou município, conforme o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### **“Discriminação”**

Autora da proposta, a deputada Professora Dayane Pimentel (PSL-BA) argumenta que “todas as formas de discriminação são vedadas constitucionalmente” e “não caberia à legislação ordinária estabelecer tais distinções raciais no ordenamento jurídico”.

(...)

#### **Tramitação**

O projeto será analisado conclusivamente pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

As ações afirmativas são um “conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente”. Como exemplo de ação afirmativa, podemos citar as cotas raciais. Adotadas pela primeira vez pela Universidade de Brasília (UNB), em 2003, a implementação das cotas raciais foi alvo de resistência e intensos debates. Dezesete anos depois, a política de cotas raciais ainda é objeto de discussões, inclusive,



## XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

visando sua extinção, conforme se extrai do texto acima.

Nesse sentido, disserte sobre: (1) o objetivo das cotas raciais; (2) O posicionamento do STF quanto a constitucionalidade das cotas raciais para ingresso nas Universidades Federais e no Serviço Público Federal; (3) Qual o papel da Defensoria Pública no fortalecimento das ações afirmativas e cotas raciais. (Máximo: 15 linhas).

2. A senhora X compareceu à Defensoria em busca de atendimento pelo Núcleo da Infância e Juventude. Durante o atendimento, relata que descobriu que sua filha, de nome Y, de apenas 10 anos, era abusada sexualmente por seu tio desde os 06 anos de idade. A agravar ainda mais a situação, relata a senhora X que descobriu que sua filha está grávida e deseja interromper a gravidez da menina. Sabendo das intenções da senhora X, a vizinha S expôs toda a situação da família em suas redes sociais, condenando a senhora X e a menina Y pelo desejo de interromper a gravidez. O que fez com que diversos conhecidos passassem a proferir agressões verbais direcionadas a ambas, tanto nas redes sociais quanto nas ruas. Relatou, por fim, que já compareceu à Delegacia para relatar o caso e que todos os procedimentos investigativos já estão sendo adotados pelo autoridade policial, que orientou, também, que a senhora X procurasse a Defensoria Pública para que fossem tomadas as demais providências. Visivelmente desgastada emocionalmente e desorientada devido a todo o estresse da situação, a senhora X pergunta quais medidas a Defensoria Pública pode adotar na tutela dos direitos da menina Y.

À luz dos princípios norteadores do sistema da Infância e Juventude, comente o caso indicando se houve violação de direitos, em caso positivo, indique quais e aponte se há alguma medida a ser adotada pela Defensoria Pública, especificando qual ou quais, caso haja. (Máximo de 20 linhas).



**XVI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO JURÍDICO DE GRADUAÇÃO DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**

**GABARITO**

1. D	21. A
2. B	22. C
3. A	23. A
4. B	24. D
5. C	25. D
6. B	26. D
7. A	27. C
8. A	28. B
9. C	29. A
10.C	30. D
11.B	31. C
12.C	32. B
13.C	33. B
14.D	34. C
15.D	35. C
16.B	36. B
17.A	37. A
18.D	38. B
19.B	39. B
20.C	40. A



## ESPELHO DAS QUESTÕES DISSERTATIVAS

### 1. Leia o trecho do texto a seguir:

#### PROJETO ELIMINA CRITÉRIO RACIAL DAS COTAS DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS

O Projeto de Lei 1531/19 altera a Lei de Cotas (12.711/12) para acabar com o critério racial de reserva de vagas em universidades e institutos federais de ensino. Conforme a proposta, permanecem a cota para pessoas com deficiência e a cota social.

Atualmente, a Lei de Cotas reserva, no mínimo, 50% das vagas disponíveis em universidades e em institutos federais, em cada processo seletivo, curso e turno, a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Desse total de vagas reservadas, metade é destinada a estudantes cuja renda familiar seja igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e a outra metade a estudantes que possuem renda maior do que essa.

Na outra metade, o preenchimento das vagas leva ainda em consideração o percentual de pretos, pardos, indígenas e de pessoas com deficiência presentes no estado ou município, conforme o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### “Discriminação”

Autora da proposta, a deputada Professora Dayane Pimentel (PSL-BA) argumenta que “todas as formas de discriminação são vedadas constitucionalmente” e “não caberia à legislação ordinária estabelecer tais distinções raciais no ordenamento jurídico”.

(...)

#### Tramitação

O projeto será analisado conclusivamente pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

As ações afirmativas são um “conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente”. Como exemplo de ação afirmativa, podemos citar as cotas raciais. Adotadas pela primeira vez pela Universidade de Brasília (UNB), em 2003, a implementação das cotas raciais foi alvo de resistência e intensos debates. Dezesete anos depois, a política de cotas raciais ainda é objeto de discussões, inclusive, visando sua extinção, conforme se extrai do texto acima.

Nesse sentido, disserte sobre: (1) o objetivo das cotas raciais; (2) O posicionamento do STF quanto a constitucionalidade das cotas raciais para ingresso nas Universidades Federais e no



Serviço Público Federal; (3) Qual o papel da Defensoria Pública no fortalecimento das ações afirmativas e cotas raciais. (Máximo: 15 linhas).

Item 1. Nesse item, o candidato deve apresentar uma visão crítica sobre as cotas raciais, tendo como referência a busca pela efetivação da igualdade material. Deve, ainda, apontar que as cotas raciais surgem como instrumento de democratização e reparação, devido a uma exclusão cultural e histórica dos negros. De forma a complementar sua resposta, o candidato pode apresentar os conceitos de “discriminação positiva”, “justiça social” e “racismo estrutural”.

Item 2. A resposta desse item deve mencionar que o STF julgou constitucional a políticas de cotas na UNB e a Lei de Cotas no Serviço Público Federal.

Item 3. Nesse item, o candidato deve demonstrar que reconhece as diversas frentes de atuação da Defensoria Pública, no que tange a defesa dos direitos de grupos vulneráveis. Dessa forma a Defensoria Pública pode atuar na promoção da Educação em Direitos Humanos, para popularização os objetivos das ações afirmativas. Além disso, pode atuar extrajudicialmente e judicialmente para cobrança de respeito aos mecanismos que efetivam ações afirmativas, através de procedimentos administrativos investigatórios, expedição de recomendações, TAC's e ações coletivas.

2. A senhora X compareceu à Defensoria em busca de atendimento pelo Núcleo da Infância e Juventude. Durante o atendimento, relata que descobriu que sua filha, de nome Y, de apenas 10 anos, era abusada sexualmente por seu tio desde os 06 anos de idade. A agravar ainda mais a situação, relata a senhora X que descobriu que sua filha está grávida e deseja interromper a gravidez da menina. Sabendo das intenções da senhora X, a vizinha S expôs toda a situação da família em suas redes sociais, condenando a senhora X e a menina Y pelo desejo de interromper a gravidez. O que fez com que diversos conhecidos passassem a proferir agressões verbais direcionadas a ambas, tanto nas redes sociais quanto nas ruas. Relatou, por fim, que já compareceu à Delegacia para relatar o caso e que todos os procedimentos investigativos já estão sendo adotados pela autoridade policial, que orientou, também, que a senhora X.

O candidato deve dissertar sobre o princípio da proteção integral da criança. Também serão pontuados os princípios do interesse superior da criança e o da prioridade absoluta. Também deve mencionar o pedido de interrupção da gravidez e a possibilidade de processar a vizinha S por exposição dos dados da criança (violação do ECA) e pedindo liminarmente a retirada das postagens nas suas redes sociais.

